

Nascimento de outra ruralidade

JOSÉ ELI DA VEIGA

Introdução

MESMO QUE NÃO tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. Ninguém formulou a primeira de modo mais adequado do que o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em 1970. E ninguém foi tão oportuno em contrariá-la quanto o geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, desde 1972. Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países centrais não desapareceu, nem renasceu, o que legitima a opção por uma terceira hipótese que as supere. Ela foi esboçada em artigo anterior, que abordou a questão no amplíssimo âmbito do processo de “globalização”.¹ Será aqui reexaminada à luz de novas evidências² e do imprescindível aprofundamento da reflexão teórica.

Depois de uma apresentação sintética dessa terceira hipótese, o texto se volta, na segunda seção, à exposição de evidências empíricas sobre um de seus pontos nevrálgicos. A idéia de que são três os vetores fundamentais dessa nova ruralidade: aproveitamento econômico das amenidades naturais por meio de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo; desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade; crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais. Uma vez descritas as principais manifestações desses três vetores no caso italiano, são também apontados, ainda na segunda seção, os conflitos (já constatáveis ou previsíveis) que podem ocorrer entre esses três vetores.

As evidências empíricas expostas na segunda seção só podem agravar as dúvidas sobre suas implicações teóricas, uma questão apenas tangenciada na primeira aproximação do problema (Veiga, 2004). Por isso, uma espécie de hermenêutica das hipóteses de Lefebvre e de Kayser é o objeto da terceira seção, que prepara a conclusão, na qual é explicitado o suporte teórico da preferência pela terceira hipótese. De nascimento – em vez de “emergência” – de outra ruralidade.

A terceira hipótese

Todos nós desejamos, no nosso mundo espantosamente diverso, um espectro amplo de interações entre o quase selvagem e o quase artificial, mas, pessoalmente, busco meu ideal estético exatamente no meio, onde a atividade humana tocou de leve ou moldou uma paisagem, mas com tal respeito e integração que à primeira vista não se detecta nenhuma linha falha, nenhuma separação evidente...

(Stephen Jay Gould)³

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza.⁴ O fenômeno foi vislumbrado tanto por Lefebvre quanto por Kayser, muito embora de maneiras obscuras. A “revolução do espaço” que engendra a “sociedade urbana” (ou pós-industrial) tende a revigorar a ruralidade, mas não mediante um suposto “renascimento”.

Há pelos menos duas grandes dimensões da globalização contemporânea que atuam de forma cruzada sobre os destinos das áreas rurais. A dimensão econômica – que envolve as cadeias produtivas, o comércio e os fluxos financeiros – tende a agir essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais periféricas, ou marginais. Ao lado das novas hierarquias regionais, há vastos territórios que se tornam cada vez mais excluídos das grandes dinâmicas que alimentam o crescimento da economia global.

Simultaneamente, a dimensão ambiental – que envolve tanto as bases das amenidades naturais quanto várias fontes de energia e biodiversidade – age essencialmente para torná-las cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar. A ação simultânea dessas duas tendências está tendo um duplo efeito sobre a ruralidade. Por um lado, faz que aquele rural “remoto”, ou “profundo”, seja cada vez mais conservado, mesmo que possa admitir várias das atividades econômicas de baixo impacto. Por outro, faz que no rural “próximo”, ou “acessível”, ocorram inéditas combinações socioeconômicas.

Em territórios rurais dos mais dinâmicos, predominam atividades do setor terciário, especialmente serviços que atraem rendas geradas pela produtividade de outros lugares. Assim, maior dinamismo rural em sociedades avançadas se baseia em atividades voltadas a segundas residências, aposentados, esportistas radicais, congressistas, turistas e estudantes. E o que mais gera emprego são arranjos locais de saúde, cultura, educação, esportes e inúmeros outros tipos de recreação ou turismo.⁵

As manifestações dessa nova ruralidade na Europa e na América do Norte não resultam de um impulso que estaria ressuscitando fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possam coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta. Também no que concerne à liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência, ou da liberdade con-

quistada por muitas outras categorias sociais de usufruir seu tempo livre fora – e às vezes longe – das aglomerações urbanas onde residem e trabalham.

Nas poucas linhas anteriores, em que foi sintetizada a referida hipótese, há várias afirmações-chave que precisam de testes mais específicos e aprofundados. Uma das mais importantes é a idéia de que a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia. Trata-se, então, de examinar como estão evoluindo no caso específico da Itália esses três vetores para, em seguida, discutir suas inter-relações.

Os três vetores⁶

São fartas na Itália as evidências que confirmam a parte da hipótese referente aos três principais vetores da nova valorização da ruralidade. O caso ilustra bem como esses vetores se manifestam em evidentes progressos na direção da diversidade biológica e cultural, do aproveitamento econômico de suas amenidades, e de algumas fontes renováveis de energia.

Sintoma bem significativo da crescente relevância do turismo rural nas últimas décadas do século passado foi o seminário sobre o tema organizado pelo Touring Club Italiano no final de 1989. Ao abordar “os valores da ruralidade no mundo atual”, o consultor científico do evento, geógrafo Umberto Bonapace (2001), destacou a ocorrência de uma profunda “mutação histórica, simultaneamente econômica, social e antropológica”. Uma mutação caracterizada pela morte da civilização camponesa e pela emergência, ainda confusa e indistinta, de uma nova cultura de corte urbano, que, por sua vez, perdeu suas antigas especificidades culturais para adequar-se aos modelos alienígenas da assim chamada sociedade de consumo. Ao perguntar o que restaria da ruralidade do país, e qual valor ela ainda poderia ter nas vésperas do ano 2000, propôs a seguinte resposta: permanecem duas grandes heranças que se deve gerir e fazer frutificar para o presente e para o futuro. A primeira, de ordem física, é o espaço; a segunda, de ordem cultural, é o patrimônio das tradições. E com a ajuda de uma carta do uso do solo, mostrou que as áreas rurais sem exploração agrícola, ou com aproveitamento bem extensivo – onde ocorrem obviamente as mais baixas densidades demográficas – correspondem a quatro quintos da superfície nacional. Nem teria sido necessário acrescentar que é fortemente urbanizado e industrializado o outro quinto, onde predomina a grande agricultura intensiva (ibidem).

Por sua vez, Corrado Barberis (2001), presidente do Instituto Nacional de Sociologia Rural, começou por destacar uma tendência ao “repopoamento” dos sete mil municípios rurais, fenômeno que ele atribuiu a meia dúzia de fatores: a) natalidade menos avarenta que permitiu saldo demográfico; b) aumento da mobilidade graças a uma melhora dos transportes que multiplicou os movimentos pendulares entre lugar de residência e lugar de trabalho; c) um incipiente

êxodo urbano motivado pela carestia dos aluguéis e pela degradação ambiental, fenômenos que realçaram certas vantagens da vida rural, onde todos – ou quase – têm casa própria, até os operários; d) descentralização de indústrias atraídas pela oferta de terrenos, não somente mais baratos, mas com bons incentivos financeiros; e) um tipo de empreendedorismo local, muitas vezes de origem agrícola, particularmente nas regiões bem marcadas pela parceria ou meação (*mezzadria*); f) as políticas regionais previstas pela Constituição de 1947, mas que só começaram a se materializar nos anos 1970, com a autonomia conferida a novas entidades voltadas a agricultura, artesanato, turismo e, sobretudo, urbanismo.

Foi a ação conjunta desses seis fatores que fez nascer uma “nova ruralidade”, disse Barberis. Isto é, um sistema social no qual a agricultura frequentemente gera a menor parte da renda, pouco pesando na formação do PIB do território considerado, mas garantindo um conjunto de infra-estruturas fundamentais: casa própria, um espaço menos restrito e alimentação mais saudável e econômica. Essa “nova ruralidade” tem seus pontos de força nas regiões do Centro-Norte, onde foi mais intensa a formação de pequenas empresas artesanais e industriais. E tem sua expressão mais colorida na multiplicação de feiras, festas e festividades, muitas vezes ligadas à figura do santo patrono da localidade, mas também, de forma menos aberta, à divindade gastronômica do lugar: “*il raviolo o la bruschetta, il pecorino o il cinghiale*”. Tais manifestações são marcadas por forte sentido de pertencimento, destinado a sustentar os pequenos mercados locais que se apóiam nesse ou naquele produto típico. Uma consideração de muita importância, tanto para o turismo quanto para a agricultura. Principalmente porque para que um produto típico se afirme em âmbito nacional, ele precisa ser o porta-bandeira da cultura local.

A Itália é o primeiro país da Europa em agricultura orgânica (lá chamada de “biológica”). E o terceiro do mundo, depois da Austrália e da Argentina. Estima-se que no mundo atual a área cultivada com métodos alternativos ecologicamente responsáveis não chegue a 0,5% da área agrícola, e na Europa essa participação passa de 3%. Na Itália, os 55.902 estabelecimentos “bio” já correspondem a 7% da área agrícola nacional. Também no que se refere à obtenção de certificados de produtos típicos, a Itália ocupa o primeiro lugar europeu. E quatorze das vinte regiões já se declararam “*OGM free*”.⁷

Com metade da flora, e um terço da fauna, apesar de seu diminuto tamanho (1/30 do continente), a Itália também é o país da Europa com maior biodiversidade. E as informações disponíveis sobre seus sistemas de proteção de áreas verdes permitem estimar que vários tipos de práticas conservacionistas estejam ocorrendo em mais de um quinto do território.

Em primeiro lugar, quase 11% da superfície fazem parte do sistema mais tradicional de unidades de conservação, como os parques (nacionais e regionais), as reservas naturais (estatais e regionais), as áreas marinhas protegidas, e outras áreas naturais regionais (no conjunto, algo próximo a quatro milhões de hecta-

res). Mas esses 11% resultam evidentemente de grandes contrastes regionais. A participação pode ser superior a 20% em regiões com muitas áreas de montanha, que talvez tenham sido beneficiadas por uma espécie de defesa natural contra a milenar agressão das atividades humanas. Ou pode ficar em mínimos 5% ou 6% em notórios casos opostos, como os do Vêneto e da Lombardia. No entanto, isso não parece ser uma regra, pois na Ligúria a proporção é semelhante, apesar de o relevo também ser impróprio para atividades agropecuárias,⁸ e do fato de ser essa a região com a maior cobertura florestal proporcionalmente (73%).

Em segundo lugar, algo como 15% do território faz parte de sistema mais recente, que resulta dos incentivos previstos no programa “Natura 2000”, da União Européia. Além desses dois arranjos diretamente voltados à conservação da biodiversidade, também tem importância o conjunto da cobertura florestal, que inclui a exploração comercial. E sobre ela há dados realmente impressionantes, oriundos do Inventário Florestal 1985-2003. Nesse período de dezoito anos, a retração de formas mais extensivas de atividade agrícola e pecuária permitiu que a cobertura florestal aumentasse 21,8%, passando de 8.360.100 hectares (em 1985) para 10.184.458 hectares (em 2003). E não pode deixar de ser enfatizado que esses pouco mais de dez milhões de hectares correspondem a algo em torno de 29% do território nacional.

Nos países do Centro ainda são irrisórias as contribuições das fontes renováveis na produção e no consumo de energia. Mas os governos estão sendo cada vez mais pressionados a ter políticas que as favoreçam, tanto em razão das duvidosas perspectivas de longo prazo referentes às fontes fósseis como de outros fatores, entre os quais se destaca evidentemente a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. Na União Européia, esse esforço estratégico se intensificou a partir de 1997, com o “Livro Branco”, e mais ainda no final de 2000 com o “Verde”: *“Towards a European strategy for the security of energy supply”*.

Avanços práticos, no entanto, têm sido lentos e bem desiguais entre os países. Destaca-se o caso alemão no âmbito eólico e solar fotovoltaico; o espanhol e o dinamarquês apenas no eólico; o grego e o austríaco no solar térmico; e nenhuma menção honrosa sequer no âmbito da biomassa.⁹ A Itália está ainda mais atrasada que os países mencionados. Mesmo assim, há no setor das renováveis desse país empresas que exportam tecnologia, além de dois casos emblemáticos de auto-suficiência energética: a cidade de Bolzano, no Trentino Alto Adige, e o município Varese Ligure, na Ligúria. No que se refere especificamente ao uso da biomassa para a produção de biodiesel e etanol, a Itália acompanha a tendência européia em honroso terceiro lugar, depois da França e da Alemanha. Mas parte do colza utilizado para o biodiesel precisa ser importada desses dois países.

É fundamental constatar também que se esforços de conservação da diversidade, e de suas conseqüências paisagísticas e culturais, contribuem bastante para expandir e consolidar inúmeras formas de turismo rural, o mesmo não pode ser dito sobre a exploração de fontes renováveis de energia. Simultaneamente, os casos de mais expressivo desenvolvimento rural ancorado no turismo não garan-

tem que possam ser duradouras várias formas de aproveitamento das amenidades naturais. E essas podem ser até hostis a qualquer tipo de exploração de novas fontes renováveis de energia que envolva alguma degradação paisagística.¹⁰

Ou seja, mesmo que os três vetores confirmem o inequívoco nascimento de uma outra ruralidade, não se deve, pois seria muito ingênuo, supor que elas formem um tripé convergente. Ao contrário, este início do século XXI pode revelar também o surgimento de uma espécie de nova conflitualidade em territórios rurais de regiões das mais modernas dos países centrais. O caso mais óbvio é certamente o da energia eólica, que já provoca forte choque de posições, nos quais há confrontos entre os próprios movimentos e as entidades ambientalistas. No momento, a situação ainda é aquela de muro contra muro. De um lado, a favor das instalações eólicas, estão: o governo, as associações ambientalistas mais importantes (Legambiente e WWF, World Wide Fund for Nature) e muitos municípios. De outro, preocupados com os impactos paisagísticos, estão algumas regiões (Vêneto, Puglia, Sardenha), a organização “Italia Nostra”¹¹ e várias outras entidades ambientalistas, entre as quais Mountain Wilderness. Em 2005, o WWF solicitou ao Ministério dos Bens Culturais e do Ambiente a divulgação de diretivas sobre os critérios de localização das instalações. E anunciou a publicação de um documento conjunto com a Anev (associação dos produtores) cujo propósito é demonstrar a compatibilidade entre aproveitamento de energia eólica e conservação da natureza. Um acordo que chega a ser considerado “histórico” (Cianciullo, 2005a).

Presidentes de região, contudo, assim como a importante entidade “Italia Nostra”, insistem na necessidade de uma moratória que permita examinar “onde, como e quando”. Enquanto isso, os conservacionistas mais radicais ficam em pé de guerra, provocando uma espécie de acerto de contas dentro de todas as associações. Mesmo assim, é provável que venha a surgir um acordo que evitaria um confronto mais grave entre as regiões que bloquearam os canteiros de obras eólicas e o governo central, que conseguiu no Conselho de Estado a declaração de inconstitucionalidade da lei antieólico promulgada pela Sardenha.

Ainda mais sérios se tornaram os conflitos resultantes da saturação turística de algumas regiões rurais italianas. Basta dizer que, no trabalho em que a OCDE (2002, p.159-82) fez uma verdadeira radiografia da muito bem-sucedida experiência de desenvolvimento rural da província toscana de Siena, foi enfaticamente colocada em dúvida a possibilidade de que seu padrão turístico possa ser “durável”, ou mesmo “viável”.

A província de Siena é dotada de invejáveis tesouros paisagísticos, gastronômicos e termais, além dos mais conhecidos e consumidos, de ordem artística e histórica. Por isso, ela padece de saturação turística, com suas negativas repercussões econômicas, sociais e ambientais. Um turismo excessivo não somente gera um fenômeno de ressentimento e de rejeição por parte da população local, mas freqüentemente também um efeito de evicção, pois os centros históricos progressivamente perdem população e funções tradicionais. Os aumentos dos

aluguéis e dos preços dos imóveis engendram distorções que forçam os autóctones a procurar em outros lugares uma habitação mais abordável. Esse fenômeno também modifica a natureza do comércio, fazendo que casas tradicionais sejam substituídas por butiques para turistas. Por sua vez, os visitantes que procuram autenticidade tendem a fugir desses locais superexplorados, onde tudo começa a parecer falso. Excesso de afluência de visitantes com o decorrente excessivo número de lojinhas de *souvenir* só afugenta a melhor clientela, depois de degradar a imagem do patrimônio cultural e/ou natural que foi a causa da atração.

Outro aspecto do turismo que muitas vezes acaba tendo impacto bem negativo no aspecto paisagístico, além da erosão da biodiversidade, é sem dúvida a proliferação da “segunda residência”. Especialmente nas proximidades de áreas protegidas, e muitas vezes sem respeito à legislação, mas que acaba sendo beneficiada por algum tipo de perdão ou anistia. Esse tipo de especulação imobiliária, que tem acirrado muito o debate sobre o “abusivismo edilizio”, está ligado a um período de forte crescimento da construção civil em geral (desde 1994), que só encontra paralelo histórico com o período do pós-guerra, entre 1951 e 1965. O investimento no setor aumentou 9,4% entre 2001 e 2004, enquanto o PIB cresceu apenas 3,6%. Em tais circunstâncias, pulularam evidentemente as ilegalidades e a especulação imobiliária predatória, particularmente em áreas de patrimônio paisagístico que mais atraem investimentos turísticos (Legambiente, 2005a).

Também é preciso lembrar a imensa inércia institucional que torna lentíssima a reforma da Política Agrícola da União Européia (PAC). Ela é certamente responsável pela manutenção de práticas agropecuárias que nada contribuem para o que está sendo chamado aqui de três vetores. E as políticas européias e nacionais que visam estimular as atividades características da nova ruralidade contam com orçamentos irrisórios quando comparadas às tradicionais políticas agrícolas de teor produtivista, a começar pela PAC.

Mesmo em regiões rurais que já conseguem se desenvolver principalmente por meio de novas atividades ligadas às amenidades (geralmente classificadas simplesmente como turísticas), é comum que a maior parte da superfície cultivada só se viabilize em razão das subvenções da PAC, que, paradoxalmente, favorece as produções especializadas, ou “monoculturas”. Problema que tem sido caracterizado como verdadeiro “dilema” (OCDE, 2002, p.13). De resto, uma grande incógnita é o impacto que poderá ter a utilização da biomassa como fonte alternativa de energia renovável, caso essa venha a adquirir razoável importância no futuro. Se houver uma paulatina conversão da PAC em política de fomento a novas opções energéticas, talvez não aumentem demasiadamente seus impactos negativos sobre os outros dois vetores, a conservação da biodiversidade e o turismo. Contudo, se futuras dificuldades na área energética fizerem surgir incentivos a culturas especializadas, além das já protegidas pela PAC, com certeza isso dará origem a conflitos que, por enquanto, não chegam a ser perceptíveis.

Uma das características mais marcantes da ruralidade italiana é o contraste entre espaços rurais cuja economia continua a depender essencialmente de rendas obtidas com a exportação de mercadorias agrícolas (ou agroindustriais) e áreas em que a economia depende essencialmente de deslocamentos de rendas geradas e obtidas nas cidades. Essa divisão costuma ter certa correspondência com uma característica de ordem geofísica, fundada no relevo. De um lado, planícies e planaltos, de outro, colinas e montanhas. Mesmo nos casos em que é hidrográfico o foco dos deslocamentos turísticos – como no de lagos –, quase sempre está combinado com a proximidade de colinas (ou coxilhas) e montanhas.

Isso não quer dizer que territórios rurais da grande agricultura de planície não possam contar com os consumos turísticos. E muito menos que territórios rurais de amenidades naturais não se beneficiem de rendas provenientes da venda de produtos primários. Bem ao contrário, sendo suficiente lembrar as várias formas de patrimônio histórico e cultural presentes em planícies, ou os inúmeros tipos de produtos agropecuários tradicionais, ou de qualidade, típicos de colinas e montanhas. Além disso, também houve razoável proteção de áreas verdes nas planícies (especialmente margens de rios que as atravessam), e certas formas de horticultura intensiva são praticadas em áreas de colina.

Apesar da existência de todas essas intersecções, parece indiscutível que tenha ocorrido uma configuração de dois subconjuntos bem distintos de ruralidade: um essencialmente marcado pela grande agricultura de vasta planície, e outro essencialmente marcado pelas amenidades naturais das paisagens mais bucólicas das zonas montanhosas ou de colinas. E tal divisão geográfica parece ter sido diretamente influenciada pela evolução desse leque de fenômenos designados genericamente por turismo, por sua vez estreitamente determinado pelo aumento simultâneo do tempo livre e da renda. Por conseqüência, também do aumento das atividades de lazer de crescentes estratos e camadas sociais.

As férias remuneradas só foram conquistadas pelos sindicatos das maiores categorias profissionais na maioria dos países hoje considerados desenvolvidos no intervalo entre as duas guerras mundiais. Foi somente depois de sua generalização, durante a Era de Ouro (1948-1973), que realmente ocorreu a chamada explosão do turismo de massa, e que começaram a surgir as atuais correntes migratórias de aposentados. Por isso, foi basicamente a partir dos anos 1960 que utilizar o tempo livre numa casa de campo, ou em diversos tipos de áreas naturais protegidas, passou a ser uma possibilidade aberta a amplos setores das atuais imensas camadas médias dos países centrais (Battilani, 2001).

Os sentidos das hipóteses de Lefebvre e de Kayser

Antes de tudo, é fundamental que seja esclarecida a diferença geral que existe entre essas duas hipóteses e uma outra, muito mais comum, subjacente ao uso generalizado da expressão “dicotomia” urbano-rural.¹² Principalmente porque correspondem a formas inteiramente distintas de pensar. Dicotomia é uma

divisão em dois ramos, ou a divisão de um gênero em duas espécies que absorvem o total. É uma classificação em que se divide cada coisa ou cada proposição em duas, subdividindo-se cada uma dessas em outras duas. Ela corresponde evidentemente à mais pura razão analítica, que corta, decompõe e separa com o propósito de melhor definir (Marcondes, 2004). Leva certamente a vantagem da clareza, pois enumera explicitamente os diversos aspectos do sujeito lógico.

Para a razão dialética, no entanto, tradição à qual se filiam as hipóteses de Lefebvre e de Kayser, a análise é apenas e tão-somente o primeiro momento, pois seu propósito é lidar com a totalidade. Por isso, sua idéia-chave não é a dicotomia, mas a unidade dos contrários. É perfeitamente possível enxergar essas duas razões ou maneiras de pensar – a analítica e a dialética – como complementares, em vez de excludentes, muito embora compreensões inversas tenham sido comuns. Por exemplo, as dos que participaram da disputa sobre o positivismo na sociologia alemã, como fica claro em Adorno (1999). Mas parecem bem mais fecundas as contribuições abertas a uma aproximação entre as linhagens neoplatônica e aristotélica.¹³

Claro, para o senso comum, dicotomia, dualidade, oposição de pólos contrários, contraste, ou simplesmente contradição podem até parecer sinônimos. Todavia, como se sabe, a noção de contrários, confusamente expressada pela palavra “contradição”, sempre foi algo bem diferente, tanto na filosofia ocidental como na oriental. Foi ela que deu origem ao pensamento dialético, que só começou a ganhar consistência há menos de duzentos anos com Hegel. E que permanece uma cultura lógico-filosófica bem viva, apesar das tantas confusões engendradas pelos marxismos do século XX, e de tantas perversões impostas por totalitarismos. Foi em tal contexto, e nessa tradição intelectual, que surgiram as hipóteses de Lefebvre e de Kayser.

O impetuoso Lefebvre

O conceito de sociedade urbana foi proposto por Lefebvre para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede. E por revolução urbana, o autor designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e industrialização ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente. Isto é, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (Lefebvre, 2002, p.16).

No final do livro *A revolução urbana*, de 1970, o autor avisa que foi a título de hipótese que antecipou desde a primeira página o conceito de sociedade urbana. Mas que ele não poderia ser entendido como acabado. Pretendê-lo seria dogmatismo. Seria inserir tal conceito numa epistemologia da qual convém desconfiar, porque prematura, porque põe o categórico acima do problemático, e porque detém e talvez desvie o movimento que eleva o fenômeno urbano ao horizonte do conhecimento (ibidem, p.151).

Quatro anos depois, nas 423 páginas do livro *The production of space*, que culminou intensa fase de investimento intelectual em sociologia urbana (1968-1974), não surge nenhuma referência ao livro de 1970, e são raríssimas, e das mais indiretas, as alusões à hipótese de urbanização completa. Em vez dela, menciona uma “revolução do espaço” que – entre parênteses – subsumiria a “revolução urbana”, análoga às grandes revoluções camponesa (agrária) e industrial (Lefebvre, 1995, p.419).

Essas passagens deixam bem claro que o grande filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991) manifestava forte tendência a interpretar a histórica oposição entre os fenômenos urbano e rural (ou entre cidade e campo, como preferem alguns) como uma contradição de caráter antagônico ou irreduzível. Nesse tipo de contradição, em que os pólos são assimétricos e inconciliáveis, um deles tende a eliminar o outro. Depois de invertida a dominação, inaugura-se uma fase qualitativamente nova.

No Ocidente, o fim do domínio do rural sobre o urbano ocorreu nas últimas décadas do século XII, fato analisado de várias maneiras por pelo menos três grandes historiadores: Carlo M. Cipolla (1993), Georges Duby (1973) e Jacques Le Goff (1992). Caso essa contradição seja interpretada como uma contradição antagônica, a tendência será a de supor que o pólo constituído pela ruralidade acabará por ser eliminado pelo urbano, mesmo que isso venha a exigir muitos séculos, ou mesmo milênios. A rigor, a simples expressão “sociedade urbana” já contém essa conotação de um processo em que o pólo que deixou de ser dominante tende a desaparecer.

Não pode ser vista como uma particularidade do pensamento de Lefebvre a inclinação por interpretar contradições de caráter histórico como antagonismos. Afinal, foi uma das principais características dos mais variados tipos de marxismos. E não resta dúvida de que a origem dessa maneira de pensar as grandes contradições históricas está presente na própria obra de Marx, principalmente nos escritos que mais revelam o predomínio do utopista revolucionário sobre o cientista social, conforme a saborosa interpretação de sua obra por Guido Carandini (2005). Ocorre, entretanto, que outros dois tipos de contradição também fazem parte daquele projeto filosófico assumido por Lefebvre desde o final dos anos 1920, quando descobriu a dialética, com seus conceitos de superação (*dépassement, aufhebung*) e de totalidade (Hess, 1988, p.75). Dois tipos de oposição que certamente foram deixados de lado em sua visão de uma possível “revolução urbana”.

Ao aprofundar seus estudos sobre o funcionamento da economia capitalista, Marx também detectou oposições não-antagônicas, nas quais os contrários estão em posição lógica de simetria. Nesses casos, não ocorre eliminação inovadora de um deles, nem superação “sintética” dos dois, mas sim uma espécie de reprodução cíclica, ou ondulatória, da oposição básica. Também detectou outra na qual a oposição dos contrários engendra algo essencialmente novo. Ou seja, identificou três tipos de oposição que podem ser entendidas simplesmente como determinantes de processos revolucionários, ondulatórios e embrionários.¹⁴

Por isso, pode ser mais rigorosa e precisa a crítica à hipótese de Lefebvre feita em Veiga (2004). Na verdade, a redução do rural ao agrário só reforçou a inclinação estrutural de Lefebvre em pensar a contradição urbano-rural como antagonismo. Não se trata, portanto, de um simples “equivoco”, pois todas as evidências empíricas contrárias podem perfeitamente ser interpretadas pelos que concordam com Lefebvre como meras anomalias passageiras de um processo mais demorado de desaparecimento da ruralidade.

O acanhado Kayser

Não será, então, razoável concluir que as evidências expostas na segunda seção deste artigo confirmam a idéia de “renascimento” utilizada por Kayser? A resposta é negativa por duas razões bem distintas. Em primeiro lugar, pela comparação dos fatos já descritos com aqueles que mereceram mais atenção e destaque na principal contribuição de Kayser sobre o assunto: *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental* (1990). Em seguida, pela discussão dos sentidos que podem ter para a história das sociedades humanas essa estranha noção de “renascimento”.

O ponto de partida de Kayser foi uma mudança de tendência demográfica nos espaços rurais da maioria dos países industriais no curso dos anos 1970. Depois de décadas (por vezes um século) de declínio, a curva da população rural anunciou uma retomada. Mesmo que pouco pronunciada, a ruptura com a tendência anterior era clara: os sociólogos e demógrafos americanos tinham razão de qualificar essa inflexão de “*turnaround*”, de “*retournement*” (Kayser, 1990, p.47).

Depois de analisar as manifestações desse fenômeno demográfico, Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, França e Estados Unidos, ele abre um exame mais aprofundado dos dois últimos casos com a afirmação de que entre os autores americanos a expressão “*rural renaissance*” estava tendo mais sucesso que “*counter-urbanization*”. E conclui esse capítulo com uma “hipótese geral”, calcada em proposta feita por Cloke (1985) para explicar os casos da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Nova Zelândia.¹⁵ Com essa hipótese geral, Kayser se propõe a “ir mais longe” na identificação e avaliação dos fatores interativos que se encontram nas zonas de contato entre o local e o global. Chega assim à seguinte formulação:

a retomada de crescimento no mundo rural tomado globalmente, como nos burgos e pequenas cidades, é o resultado da *difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade*. (Kayser, 1990, p.81, tradução e itálicos nossos)¹⁶

Sua caracterização do renascimento rural foi feita nos quatro capítulos subseqüentes, dedicados a quatro dimensões: 1) “antigos e novos camponeses”, 2) “a recomposição da sociedade de vilarejo”, 3) “ordenamento territorial: a localidade redescoberta”, 4) “a cultura no vilarejo”. E a conclusão começa com um parágrafo que não poderia ser mais significativo para os propósitos dessa comparação:

Fazendo a *análise das mutações contemporâneas* registradas nos campos do mundo ocidental, este livro permite verificar aquilo que originalmente era apenas a hipótese de um observador atento: o renascimento. A expressão não é produto de uma imaginação poética: ela é retirada da atual literatura científica americana. Aliás, nós a havíamos empregado ingenuamente a partir de 1972 em artigo coletivo sobre as ameaças provocadas pela extensão de um campo militar sobre o plateau du Larzac. (ibidem, p.289, tradução e itálicos nossos)¹⁷

Comparando as ênfases da análise de Kayser com o que foi chamado antes de “três principais vetores” da atual valorização da ruralidade, pode até parecer que são questões inteiramente distintas. Indício de que em 1990 Kayser também ainda estava muito prisioneiro do prisma agrário de interpretação do espaço rural, como demonstram as noções de “novos camponeses”, “sociedade de vilarejo”, ou mesmo “cultura de vilarejo”. Não que tais fenômenos tenham desaparecido da ruralidade atual dos países mais avançados. Mas essa permanência só faz lembrar aquela constatação biológica de que todos os organismos carregam restos de estruturas outrora funcionais, como sobras de estados ancestrais diferentes. Entre eles, ossos ocultos no interior da pele de certas baleias, ou os restos de ossos pélvicos encontrados em algumas serpentes, vestígios de ancestrais que tinham pernas.

Além desse óbvio contraste, que em nada diminui a importância da contribuição de Kayser – pois os “três vetores” não podiam ser discerníveis nos anos 1980 –, é preciso discutir, então, o sentido que pode ter para a história das sociedades humanas a noção de “renascimento”.

É aceitável a idéia de “renascimento” para caracterizar um movimento cultural de transição entre duas épocas, cuja marca é o resgate ou recuperação de valores e idéias atávicas ou ancestrais. Isso não quer dizer, contudo, que essa metáfora possa ser transferida para o âmbito da civilização material, expressão que designa pelo menos a economia e a sociedade. Por isso, mesmo que a utilização da expressão “renascimento” possa ter tido sucesso na literatura científica americana – e mesmo que ela tenha empolgado um ótimo analista, como Kayser –, é fundamental lembrar que a idéia de renascimento é tão estranha à história econômica e social quanto o é à história natural. Como o novo sempre brota do velho, sempre será possível nele identificar os tais vestígios. Mas eles só adquirem algum sentido como produtos da evolução. Esse é um princípio que deve governar a análise de todo tipo de séries históricas, e não apenas as da história natural. Daí a importância da base teórica que separa a hipótese deste trabalho da hipótese de Kayser.

Há uma séria ambigüidade em sua obra. Por um lado, ele adere ao uso do termo “renascimento” que estava sendo usado na literatura científica americana. Mas, por outro, entre a formulação da hipótese geral e a conclusão, prefere dizer que as “mutações” contemporâneas resultaram da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade. Uma idéia mais razoável, diga-se de passagem, embora seja nessa ambigüidade que deva ser identificado o problema teórico de sua hipótese.

Afinal, mutação é o fenômeno em que novas variações genéticas são oferecidas à seleção. Em qualquer das interpretações darwinistas ela é sempre entendida como de ocorrência aleatória. E se os darwinistas fazem tanto alarde sobre o caráter acidental, casual, fortuito, incerto, ou ocasional, das mutações, é justamente para que fique bem estabelecido o contraste com o outro lado do processo evolutivo: as pressões de seleção.

Enfatizar o fato de que a mutação *pode* ser aleatória é nosso modo de chamar a atenção para a verdade crucial de a seleção ser sublime e quintessencialmente *não*-aleatória. É irônico que a ênfase no contraste entre a mutação e a não-causalidade da seleção tenha levado as pessoas a pensar que a teoria toda seja feita de acasos. (Dawkins, 1998, p.94, grifos do original)

Evidentemente, sempre se poderá argüir que o uso metafórico da palavra “mutação” não deveria exigir que Kayser pretendesse expressar qualquer tipo de coerência com a teoria da evolução de Darwin. Mas também se pode supor que seja um daqueles escorregões, ou lapsos, que ajudam a desvendar os problemas teóricos subjacentes às interpretações. Sua “hipótese geral” (ibidem, p.81) é que a retomada de crescimento rural resultou da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade. E sua conclusão (ibidem, p.289) é que o “renascimento”, que originalmente fora apenas hipótese de um observador atento, verificou-se pela análise das “mutações” contemporâneas registradas nos campos do mundo ocidental.

Ou seja, para Kayser, as mutações que caracterizam o tal “renascimento” teriam resultado das circunstâncias criadas pelos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade. A rigor, pode-se até admitir o avesso. Que entre inúmeras mutações aleatórias somente algumas estejam sendo selecionadas pelo processo mais geral do conjunto da sociedade. E mesmo que não se dê importância a tal equívoco, que acentua a dimensão idealista da idéia de “renascimento”, pode-se vê-la como recurso retórico do segundo tipo de interpretação da contradição urbano-rural: não-antagônica, sem eliminação de um dos pólos, mas sim de reprodução ondulatória da oposição básica. Depois de décadas de amesquinamento rural, surgem sinais de alguma coisa diversa, mas que não seria real novidade. De resto, talvez esteja exatamente aí a explicação para o fato de Kayser não contrapor claramente sua hipótese à de Lefebvre. Ao contrário, prefere sugerir que se trata de resgate de uma idéia bem anterior de Lefebvre, lançada em 1949.¹⁸

O que mais assemelha a visão de Kayser à sociologia rural que Lefebvre havia elaborado entre o início dos anos 1940 e meados dos anos 1950 é a suposta centralidade da “comunidade camponesa”. Na abertura de seu livro, Kayser diz com todas as letras que são quatro as características da ruralidade como modo particular de utilização do espaço e de vida social: a) baixa densidade demográfica relacionada à preponderância das paisagens com cobertura vegetal; b) uso econômico a dominante agro-silvo-pastoril; c) modo de vida dos habitantes caracterizado pelo pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por sua

relação particular com o espaço; d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura camponesa. E mais da metade de seu livro foi consagrada à descrição de “antigos e novos camponeses”, “recomposição da sociedade de vilarejo” e “cultura no vilarejo”.

Em resumo, mais atenção às evidências empíricas permitiu que Kayser fosse levado – mesmo sem assumir claramente – a uma hipótese inversa à de Lefebvre. Mas com fundamento teórico incongruente, pois a idéia de “renascimento” em nada pode ser parecida com a idéia de “mutação”. Ao usar tal expressão de forma metafórica para se referir à histórica contradição urbano-rural, ele sem querer admitiu – de forma certamente inconsciente e subliminar – que na verdade é algo novo que está surgindo, e não alguma coisa antiga que poderia estar voltando, retornando, ou renascendo.

Dois importantes esclarecimentos se fazem, nesta altura, absolutamente necessários. Primeiro sobre a aproximação que está sendo feita ao longo dos últimos parágrafos de reflexões provenientes das ciências naturais com as das ciências sociais aplicadas. Não se trata de nenhuma ilusão “naturalista”, inclinação de quem supõe não haver diferença significativa entre esses dois campos, devendo o segundo imitar o primeiro. Ao contrário, pressupõe-se que as mudanças no desenvolvimento das sociedades humanas têm caráter lamarckiano, e não darwiniano. As sociedades vivem em simbiose com suas culturas, o que permite que o conhecimento e experiência adquiridos pelos mais maduros sejam diretamente transferidos aos que os sucedem. Daí por que é tão freqüente que haja progresso em mudanças socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais, um fenômeno inteiramente estranho à história natural. Isso não quer dizer, todavia, que não se deva procurar a coerência entre as formas de raciocínio lógico (tanto dialético como analítico) e os fatos da natureza. Em outras palavras, ilusão mesmo seria supor que pudesse ser inteiramente arbitrário o uso metafórico de noções biológicas pelas ciências sociais.

O segundo esclarecimento é sobre o termo “emergência”. Quem realmente presta atenção e observa com cuidado as evidências empíricas da atual ruralidade européia costuma preferir o termo “emergência” ao termo “renascimento”, mesmo que não discorde de Kayser. Excelente contribuição nessa linha foi a de Nazareth Wanderley (2000). Quando não é usado para expressar urgência, ou necessidade imediata, o vocábulo “emergência” sempre denota o sentido de novidade. Na astronomia quer dizer aparecimento, ou nascimento. Na geologia é sinônimo de afloração. Na botânica designa cada uma de várias excrescências (como os espinhos de uma rosa) das camadas superficiais do tecido vegetal, comumente tanto da epiderme quando das camadas imediatamente subjacentes. E também se refere ao nascer da água, a nascente.

Nos debates científicos contemporâneos, todavia, esse termo adquiriu, desde o último terço do século XIX, uma acepção bem diferente. Particularmente no âmbito das pesquisas sobre a “complexidade”, o termo vem servindo para designar um conjunto de novos conceitos científicos que resultam de abor-

dagens transdisciplinares. Por não ser preciso, só pode estar sujeito a múltiplas interpretações. Contudo, no campo da física e da matemática, assim como no da química e da biologia, há um entendimento mais restrito, mas que tem sido objeto de muita pesquisa, chamado de SDNL: sistemas dinâmicos não-lineares.¹⁹

A teoria pretende descrever mudanças espaço-temporais no âmbito dos sistemas, em razão das causas dessas mudanças. Tais sistemas podem ser conjuntos de moléculas, ou conjuntos de espécies vivas que formam populações, sempre que estejam interagindo. E são caracterizados como “não-lineares” sempre que nas interações entre seus componentes inexista proporcionalidade entre as causas e os efeitos (mudanças). Quando existem interações não-lineares em algum sistema dinâmico, seu comportamento adquire propriedades novas, às vezes estranhas, freqüentemente não-previsíveis, e geralmente contra-intuitivas, além de “incômodas” para qualquer tipo de interpretação ou abordagem habituada à linearidade.

Sistemas complexos raramente atingem o equilíbrio. Em geral estão numa condição estacionária de não-equilíbrio. Por exemplo, concentrações de diferentes substâncias químicas em determinado volume podem perfeitamente continuar constantes enquanto inúmeras reações químicas as consomem ou as produzem. Na condição estacionária de não-equilíbrio, todos esses processos se compensam. Mas, se algum dos parâmetros pertinentes do sistema é alterado, mesmo que pouco, a condição estacionária também muda. E em sistemas não-lineares pode ocorrer um fenômeno novo, a partir de um valor do parâmetro que é considerado “crítico”. A anterior solução estacionária deixa de ser estável e o sistema evolui na direção de uma (ou várias) outra(s) solução(ões) que pode(m) ser bem diferente(s). É o que os teóricos dos SDNL chamam de “bifurcação”. Existem vários tipos de bifurcação que refletem a riqueza do comportamento qualitativo dos SDNL. E a importância dessas bifurcações em dinâmicas não-lineares reside na renovação que trazem à explicação dos fenômenos emergentes.

Enfim, o termo “emergência” sempre esteve relacionado ao fato de que um “todo” não é “igual à soma de suas partes”. Chama-se agora de “emergência” a existência – e não apenas o surgimento visto como processo temporal, como é sugerido pelo vocábulo – de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Em geral, quando um parâmetro que regula a intensidade das interações ultrapassa um patamar crítico. Assim, a emergência é um processo pontuado e crítico de bifurcação. Isto é, um processo que faz um sistema passar de um conjunto possível de qualidades a um outro. São casos em que os “atores” continuam os mesmos, mas sua organização espaço-temporal é bem diferente antes e depois da bifurcação. Mas, atenção, “antes e depois” não indica aqui necessariamente uma diferença temporal. Tanto quanto “antes e depois”, poderia ser dito “aquém e além” do patamar crítico.

Conclusão

O fenômeno da nova ruralidade, cujas primeiras manifestações italianas

foram relatadas na segunda seção deste artigo, corresponde ao surgimento de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Somente em situações de grande prosperidade socioeconômica é que se manifestam as qualidades singulares dessa ruralidade. Situações capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis. Por isso, ela deve ser considerada nova, em vez de renascente.

É nova e não “emergente”, porque “emergência” pode resultar de qualquer dos três tipos de oposições anteriormente mencionadas: antagônicas, ondulatórias e embrionárias. Pelo menos é essa a conclusão que se pode tirar da comparação entre a contribuição das cientistas naturais Janine Guespin-Michel e Camille Ripoll (2005) e o subsequente ensaio filosófico de Lucien Sève (2005). Daí a necessidade de destacar que o fenômeno da nova ruralidade não corresponde aos dois primeiros tipos de oposições dialéticas contidos respectivamente nas hipóteses de Lefebvre (antagônica) e Kayser (ondulatória), e sim ao terceiro tipo, de caráter embriológico.

Até finais do século XX, a dinâmica das regiões rurais dos países que mais se desenvolveram foi determinada por atividades produtivas do setor primário cuja viabilidade sempre foi dependente da exportação para mercados essencialmente localizados em cidades. E a força de trabalho que se tornava redundante com o aumento da produtividade também tinha destino urbano. A partir de certo patamar crítico atingido por esse processo, surge em parte dessas regiões rurais uma dinâmica que passa a ser determinada por mercados que respondem a novas formas de consumo. Formas que resultam da “difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade”, para usar as palavras de Kayser. Todavia, isso não reduz, e por vezes até intensifica, a contradição ecológica entre o fenômeno urbano e rural. Continua o processo de distanciamento entre as cidades e os ecossistemas naturais, que faz das primeiras a *antinatureza* por excelência, nas palavras do grande biólogo Samuel Murgel Branco (1989, p.109):

Tudo o que é produto da invenção e do engenho humano é o *artificial*, opondo-se necessariamente, ao *natural*. Conseqüentemente, a cidade, onde se realiza em mais alto grau esse “artificialismo”, representa o oposto do natural, em uma medida proporcional à característica cultural da população que habita [...] A cidade, embora meio ambiente, não chega a constituir um ecossistema verdadeiro, uma vez que não compreende uma atividade de produção ou fixação de energia primária.

Em poucas palavras, é o grau de artificialização dos ecossistemas que distingue em última instância o urbano do rural. E é por isso que em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de outra ruralidade.

Finalmente, mas não menos importante, é preciso lembrar que na conclusão do já clássico *Morte e vida de grandes cidades* (Jacobs, 2003) foi lançada uma espécie de grande profecia sobre a coexistência pacífica urbano-rural. Com certeza, Jane Jacobs estava coberta de razão ao dizer que as cidades precisam de zonas rurais próximas, e que territórios rurais precisam das variadas oportunidades e da produtividade das cidades. Mas acrescentou: “de modo que os seres humanos possam ter condições de prezar o restante do mundo natural em vez de amaldiçoá-lo” (ibidem, p.498). Pois bem, como se viu na segunda seção, na ruralidade que está nascendo justamente porque prezada e não amaldiçoada, já é possível identificar um leque de conflitos cujas características não poderiam ser nem sequer vislumbradas em 1961.

Notas

- 1 Publicado pela revista *Estudos Avançados* (n.51, p.51-67, maio-agosto 2004), recebeu o II Prêmio Milton Santos, outorgado, em maio de 2005, pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).
- 2 Obtidas durante estada na Itália, em abril-junho de 2005, graças a valiosíssimo auxílio da Fapesp.
- 3 Das “Confissões de um naturalista humanista”, na introdução a Gould (2003, p.10-1).
- 4 Essa bela fórmula sintética é de Bertrand Hervieu e Jean Viard (2001).
- 5 Claro, existem exceções, principalmente na América do Norte, onde focos de desenvolvimento rural são induzidos por peculiares investimentos públicos (como penitenciárias), ou privados (como cassinos). No entanto, essas exceções só servem para confirmar a regra geral de que o dinamismo rural em sociedades maduras se dá principalmente pela exploração econômica de amenidades naturais e culturais. Por isso, a atual ruralidade virtuosa do Primeiro Mundo é aquela que conseguiu atravessar o século passado sem ter sido comprometida por algum dos inúmeros impactos ambientais negativos de atividades primárias ou secundárias, decorrentes das mais óbvias vantagens comparativas.
- 6 Informações bem mais detalhadas sobre esses três vetores estão no texto “Destinos da ruralidade: um *zoom* sobre a Itália”, apresentado no XXIX Encontro Nacional da AN-POCS (Caxambu, MG, 25.10.2005) e no VI Encontro Bienal da ECOECO (Brasília, DF, 24.11.2005), disponível em: <www.econ.fea.usp.br/zeeli/>.
- 7 Também merece destaque a “Fondazione *Slow Food* per la Biodiversità”, criada em 2002 pelo movimento internacional do mesmo nome, cujas origens remontam ao Piemonte do início dos anos 1980 (Petri, 2005).
- 8 Ou de hercúlea conquista para tais atividades, como mostram as vinhas e os olivais plantados em “terraços”, que hoje são a imagem de marca do Parque Nacional das “Cinque Terre”, declarado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1997.
- 9 Há um projeto que visa converter a produção de açúcar de beterraba em biocombustível. Mas é uma proposta que ainda deverá passar pelo parlamento europeu.
- 10 O que não se aplica às mais velhas, como a hidrelétrica.

- 11 “Italia Nostra” é uma entidade cinqüentenária, presidida desde 1988 pela condessa Desideria Pasolini dall’Onda, que se dedica essencialmente à “tutela do patrimônio histórico, artístico e natural da nação”. É uma das organizações ambientalistas mais ativas no âmbito da “governança do território”.
- 12 Comentário análogo poderia ser feito sobre a especulação a respeito de um *continuum* urbano-rural. Expressão que pretende contradizer a idéia de qualitativa descontinuidade entre o urbano e o rural. E não deve haver melhores exemplos dessa maneira de abordar a questão do que a coletânea organizada por Champion & Hugo (2003), cujo subtítulo já diz tudo: “Beyond the urban-rural dichotomy”.
- 13 Por exemplo: Cirne-Lima (1996, 2002), Oliveira (1999), Cirne-Lima e Rohden (2003), Cirne-Lima et al. (2004) e Oliveira (2004), da tradição dialética. A concisa exposição da tradição analítica feita por Marcondes (2004, p.51) propugna a aproximação com a teoria crítica da Escola de Frankfurt, e também com a vertente estruturalista, “dentre outras”. Na mesma direção, Pinto (2003, p.58) pretende “uma conciliação aceitável entre lógica formal, tensões dialéticas e abordagem sistêmica”. Posições opostas à de analíticos mais “xiitas”, como Giannetti (2004).
- 14 Foi principalmente a leitura dos trabalhos mais recentes de filósofos, como Étienne Balibar, Etifichios Bitsakis, Lucien Sève e Roberto Cirne-Lima, que engendrou a formulação que está nesse parágrafo, muito embora não seja possível dizer que a reflexão corresponda precisamente ao pensamento de algum deles. Vale lembrar que Hegel utilizou a palavra *Aufheben*, que tem triplo sentido: a) dissolver, desfazer, ou anular; b) guardar; c) pôr em lugar mais alto, colocar em cima. Esses três sentidos ocorrem na formação da “síntese”. No primeiro, a oposição dos pólos é superada e anulada. E o caráter excludente que existia entre tese e antítese é dissolvido e desaparece. No segundo sentido, os pólos são conservados e guardados em tudo o que tinham de positivo, apesar da dissolução havida. E no terceiro, chega-se a um plano mais alto: na unidade da síntese há ascensão a um nível superior. (Cirne-Lima, 2002, p.125).
- 15 Deve ser registrado, contudo, que o título do artigo de Cloke é “Counterurbanization”, e que ele usou, segundo o próprio Kayser, expressões como “regeneração” das zonas rurais, ou “resurgimento” rural.
- 16 No original: “*la reprise de croissance dans le monde rural pris globalement, comme dans les bourgs e petites villes, est le résultat de la diffusion dans l’espace des effets de la modernisation e de l’enrichissement de l’ensemble de la société*”.
- 17 No original: “*Faisant l’analyse des mutations contemporaines enregistrées dans les campagnes du monde occidental, ce livre permet de vérifier ce qui n’était à l’origine que l’hypothèse d’un observateur attentif: la renaissance. L’expression n’est pas le produit d’une imagination poétique: elle est reprise de la littérature scientifique américaine actuelle. Nous l’avions d’ailleurs employée ingénument dès 1972 dans un article collectif, à propos des menaces que faisait peser sur le plateau du Larzac le projet d’extension du camp militaire*”.
- 18 Depois da dedicatória, Kayser escolheu a seguinte passagem para epígrafe de seu livro: “*S’il est vrai que la communauté paysanne peut aujourd’hui renaître, en fonction d’exigences et sur des bases modernes, rien de plus intéressant que cette renaissance, – d’où sortira peut-être un sens nouveau de la terre.* Henri Lefebvre, 1949” (Kayser, 1990, p.5, o destaque é do original). Trata-se do último parágrafo de um famoso texto da fase em que Lefebvre foi sociólogo rural, cuja tradução de Wanda Caldeira Brandt está em Martins (1986): “Se é verdade, ademais, que a comunidade camponesa pode,

hoje, renascer, em função de exigências e sobre bases modernas, *nada mais interessante que este renascimento – do qual sairá, talvez, um novo sentido da Terra!*” (Lefebvre, 1949, p.162). Na epígrafe do livro de Kayser, o “t” de “terra” está em minúscula e não há ponto de exclamação.

19 As reflexões contidas nos três parágrafos seguintes baseiam-se em Guespin-Michel e Ripoll (2005). Particularmente das páginas 16, 27, 42 e 44. Ver também Foley (2003).

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores).

BALIBAR, É. *La philosophie de Marx*. Paris: La Découverte, 2001.

BARBERIS, C. Turismo e nuova ruralità. In: TCI – Touring Club Italiano. *Turismo e mondo rurale*. Atti del convegno (Ragusa-Modica – 23-25 Novembre 1989). Milano: TCI, 2001. p.33-46.

BATTILANI, P. *Vacanze di pochi vacanze di tutti*. L’evoluzione del turismo europeo. Bologna: Il Mulino, 2001.

BITSAKIS, E. *Le nouveau réalisme scientifique*. Paris: L’Harmattan, 1997.

_____. *La nature dans la pensée dialectique*. Paris: L’Harmattan, 2001.

BONAPACE, U. I valori della ruralità nel mondo attuale. In: TCI – Touring Club Italiano. *Turismo e mondo rurale*. Atti del convegno (Ragusa-Modica – 23-25 Novembre 1989). Milano: TCI, 2001, p.23-32.

BRANCO, S. M. *Ecológica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.

_____. *Meio ambiente e biologia*. São Paulo: Senac, 2001.

CARANDINI, G. *Un altro Marx*. Lo scienziato liberato dall’utopia. (Prefazione di Giorgio Ruffolo). Roma: Laterza, 2005.

CHAMPION, T.; HUGO, G. (Ed.) *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP) & Ashgate, 2003.

CIANCIULLO, A. Energia pulita, la battaglia del vento. *La Repubblica*, 14 de junho de 2005a, p.31.

_____. L’Italia a caccia di energia pulita. *La Repubblica*, 21 de junho de 2005b, p.28.

_____. Via libera alle centrali eoliche. *La Repubblica*, 28 de junho de 2005c, p.25.

CIPOLLA, C. M. *Before the industrial revolution: European society and economy 1000-1700*. 3.ed. London: Routledge, 1993.

CIRNE-LIMA, C. *Sobre a contradição*. Porto Alegre: s. n., 1996.

_____. *Dialética para principiantes*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

CIRNE-LIMA, C.; ROHDEN, L. (Org.) *Dialética e auto-organização*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

- CIRNE-LIMA, C. et al. (Org.) *Dialética, caos e complexidade*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.
- CLOKE, P. Counterurbanization. *Geography*, n.1, 1985.
- DAWKINS, R. *A escalada do monte improvável*. Uma defesa da teoria da evolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DUBY, G. *Guerriers et paysans*. VII-XIIè siècles. Premier essor de l'économie européenne. Paris: Gallimard, 1973.
- FOLEY, D. K. Complexity, self-organization, and political economy. Introdução. In: *Unholy trinity: labour, capital and land in the new economy*. London: Routledge, 2003.
- GIANNETTI, E. Humildade analítica, arrogância dialética. Entrevista a Caio Caramico Soares. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30.5.2004, Caderno Mais!, p.13.
- GOULD, S. J. *A montanha de moluscos de Leonardo da Vinci*. Ensaios sobre história natural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUESPIN-MICHEL, J.; RIPOLL, C. Systèmes dynamiques non linéaires, une approche de la complexité et de l' émergence. In: SÈVE, L. *Émergence, complexité et dialectique* (avec Janine Guespin-Michel et al.). Paris: Odide Jacob, 2005.
- HERVIEU, B.; VIARD, J. *Au bonheur des campagnes*. 2.ed. Paris: L'Aube Intervention, 2001.
- HESS, R. *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*. Paris: Métailié, 1988.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- LE GOFF, J. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEFEBVRE, H. Problemas de sociologia rural. Tradução de Wanda Cardeira Brandt do artigo "Problèmes de sociologia rurale: la communauté paysanne et ses problèmes historico-sociologiques". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v.VI, p.78-100, 1949. Reproduzido em Henri Lefebvre, *Du rural à l'urbain* (Paris: Anthropos, 1970, p.21-40).
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1995.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LEGAMBIENTE. *Le Regioni Italiane davanti alle sfide della sostenibilità*. (Rapporto sulla sostenibilità delle Regioni italiane realizzato in collaborazione com l'Istituto di Ricerca Ambiente Italia). Roma: Legambiente, Fevereiro, 2005a.
- LEGAMBIENTE. *Idee e Proposte per rilanciare le Fonti Rinnovabili in Itália*. Roma: Legambiente: fevereiro 2005b.
- MARCONDES, D. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MARTINS, J. de S. (Org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development. *Examens territoriaux de l'OCDE; Sienna, Italie*. Paris: OCDE, 2002.

OLIVEIRA, M. A. de. *Dialética hoje; lógica, metafísica e historicidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004

OLIVEIRA, M. B. de. *Da ciência cognitiva à dialética*. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial, 1999.

TCI – Touring Club Italiano. *Turismo e mondo rurale*. Atti del convegno (Ragusa-Mo-dica – 23-25 novembre 1989). Milano: TCI, 2001.

PETRINI, C. *Slow Food Revolution*. Da Arcigola a Terra Madre. Una nuova cultura del cibo e della vita. Conversazione con Gigi Padovani. (Prefazione di Vandana Shiva). Milano: Rizzoli, 2005.

PINTO, P. R. M. Dialética, lógica formal e abordagem sistêmica. In: CIRNE-LIMA, C.; ROHDEN, L. (Org.) *Dialética e auto-organização*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003. p.57-106.

SÈVE, L. *Sciences et dialectiques de la nature*. Paris: La Dispute, 1998.

_____. De quelle culture lógico-philosophique la pensée du non-linéaire a-t-elle besoin?. In: *Émergence, complexité et dialectique* (avec Janine Guespin-Michel et al.). Paris: Odide Jacob, 2005.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n.51, maio-agosto 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, p.87-146, outubro 2000.

RESUMO – ESTE ARTIGO procura mostrar que Lefebvre (1970) e Kayser (1972, 1990) estavam errados sobre o destino da ruralidade. Evidências empíricas sobre o caso da Itália não confirmam as conjecturas extremas sobre “completa urbanização” ou “renascimento rural”. E uma espécie de hermenêutica dessas duas hipóteses ajuda a fundamentar a terceira, que pretende superá-las.

PALAVRAS-CHAVE: Ruralidade, Desenvolvimento rural, Urbanização, Renascimento rural, Henri Lefebvre, Bernard Kayser.

ABSTRACT – THIS ARTICLE argues that Lefebvre (1970) and Kayser (1972, 1990) were both mistaken about the destiny of rurality. Empirical evidences from Italy do not confirm extreme conjectures on “complete urbanization” or “rural renaissance”. And a kind of hermeneutics of these two hypothesis helps to build upon a third which intends to surpass them.

KEYWORDS: Rurality, Rural development, Urbanization, Counter urbanization, Henri Lefebvre, Bernard Kayser.

José Eli da Veiga é professor-titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Página web: <www.econ.fea.usp.br/zeeli> @ – zeeli@usp.br

Recebido em 15.1.2006 e aceito em 5.4.2006.